

**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dez, às 9h 25min no Auditório do Parque Estadual Masairo Okamura ocorreu a vigésima quarta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 23ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Informes; Posse dos Membros do Conselho para o biênio 2010/2011; Apreciação da Minuta de Resolução nº 31, que cria a Câmara Técnica de Gestão Participativa; Apreciação da Minuta de Resolução nº 32, que cria a Câmara Técnica de Pagamento por Serviços Ambientais; Apresentação do Sr. Eloi Brandão sobre regulamentação de conjuntos de moto bomba para captação de água; Assuntos Gerais. A Reunião fora aberta pelo Secretário Executivo, que iniciou colocando aos conselheiros que está é a vigésima quarta reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e também a posse dos conselheiros que integrarão o mesmo no biênio 2010/2011. Se apresentou aos conselheiros, colocando que exerce a função de Secretario Executivo do CEHIDRO por ser Superintendente de Recursos Hídricos, apresentando também o Sr. Alex Marega, Secretario Adjunto de Mudanças Climáticas, ponderando que o mesmo estará empossando os conselheiros substituindo o Secretario de Estado do Meio Ambiente, e a sra. Sibelle Christine Glaser Jakobi, Secretaria do CEHIDRO. Passou a palavra ao Secretario Adjunto, que colocou aos conselheiros que o foco atualmente é a preservação das florestas, entretanto entende que o recurso mais importante é a água, mas que a mesma não é foco de atuação por a termos em abundância uma vez que o Mato Grosso é um estado exportador de águas, destacando que este é um problema não só estadual mas também mundial e ponderando que quando se tiver escassez de água isto será motivo de guerras entre os países, por ser um recursos vital ao ser humano. Ponderou que é necessário agir preventivamente para preservar este recurso, sendo o CEHIDRO uma instância de discussão e normatização importante para atender este objetivo, complementando que o Mato Grosso esta tentando agir preventivamente e que a aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos é uma prova disto. O Secretario Executivo colocou que o Conselho é importante para a gestão de recursos hídricos no estado e na implementação do sistema estadual de gestão de recursos hídricos. Informou aos conselheiros que será feita uma apresentação das atribuições dos conselheiros bem como o funcionamento do CEHIDRO, ponderando que antes da apresentação e de ser dada a posse aos mesmos deve ser aprovada a ata da 23ª Reunião Ordinária, pois os novos membros não possuem esta atribuição, e colocou a

mesma em apreciação. A Secretaria do CEHIDRO destacou aos conselheiros que a Ata que esta em apreciação é a ultima versão enviada aos mesmos, já com alterações realizadas pela Conselheira Vera Lopes, onde foi corrigida a fala dela sobre a Conferência Estadual de Saúde Ambiental. O Secretario Executivo questionou se mais alguém tinha alterações para fazer, ninguém se manifestando, a ata foi posta em votação e aprovada por unanimidade. O Secretario Executivo iniciou então sua apresentação colocando aos conselheiros que o CEHIDRO é uma esfera importante de decisão que conta com a representação de várias Secretarias do Estado e pela sua capacidade de disseminação das informações. Iniciou colocando aos conselheiros que o CEHIDRO é um dos entes do sistema estadual de recursos hídricos, apresentando em seguida o funcionamento do CEHIDRO, sua regulamentação, principais deliberações e atuação, com destaque para a participação no CNRH. Finda sua apresentação o Secretario Executivo abriu a questionamentos e o conselheiro Rodrigo de Azevedo colocou que o IMADEA também possui um assento de suplente no CNRH, atuando em ambos conselhos. O Secretário Executivo deu início a posse dos presentes consultando a presença dos representantes e convidou-os para se dirigirem à mesa para assinarem a ATA e o termo de Posse. Tomaram posse os seguintes conselheiros: Sr. Ernesto José de Moraes Bello, conselheiro titular representante da SINFRA; Sra. Elize Josefa F. dos Santos Thomé, conselheira suplente representante da SEDTUR; ; Sras. Telma Luzia Monteiro e Vera Lucia Dias Lopes, conselheiras titular e suplente representantes da SES; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, conselheiro suplente representante da SICME; Sr. Renato Blat Migliorini, conselheiro titular representante da UFMT; Sr. Fernando Shirashi, conselheiro titular representante da ABES; Sr. Antônio Brandt Vecchiato e Sra. Lilian Fátima de Moura Apoitia, conselheiros titular e suplente representantes da ABAS; Sra. Daniela Maimoni de Figueiredo, conselheira titular representante do ARPCA; Sr. Juciel Ferreira Miranda, conselheiro suplente representante da RAEONGs; Sr. Rodrigo Alexandre Azevedo de Araújo, conselheiro titular representante do IMADEA; Sra. Vânia Tarcila Borges, conselheira titular representante da SANECAP; Sr. Wilmar José Franzner e Sra. Alessandra Panizi de Souza, conselheiros titular e suplente representantes da FIEMT; Sr. Décio Elói Siebert, conselheiro titular representante do IPAC; Sr. Wagner Teixeira Florentino e Sra. Andréia da Costa Nobre, conselheiros titular e suplente representantes da Votorantin. A 24ª reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos contou também com a presença dos representantes das entidades suplentes, os quais não foram empossados: Sr. Mauro Donizeti Ribeiro, representante da ADE; Sra. Josita Correto da

69 Rocha Priante, representante da COORIMBATA ; Sra. Andréia Schwarz Santos,
70 representante do Instituto CREATIO; e Sra. Renata Viviane da Silva, representante do
71 INAE. Terminada a posse dos conselheiros, o Secretario Executivo colocou aos
72 conselheiros que é necessário se discutir as entidades integrantes das Câmaras Técnicas
73 instituídas, uma vez que elas possuem mandatos de dois anos e em algumas o mesmo já
74 venceu. Colocou que inicialmente há necessidade de se verificar a continuidade da
75 Câmara Técnica de Barragens, ponderando que a mesma foi instituída com o objetivo de
76 regularizar a questão do licenciamento destes barramentos, o que se percebeu ser uma
77 competência do CONSEMA. Ponderou ainda que foi levada ao CONSEMA a proposta de
78 criação de uma câmara técnica conjunta entre os dois conselhos, para discutir este tema,
79 porém a Plenária do CONSEMA ponderou que seria mais interessante criar uma câmara
80 técnica conjunta mais ampla, não somente para discutir a questão dos barramentos, mas
81 sim para integrar os conselhos. A conselheira Daniela Maimoni sugeriu que fosse mantida
82 esta câmara técnica, porém com uma mudança de foco da mesma, pois este tema é
83 importante. A conselheira Alessandra Panizi colocou que a idéia inicial da câmara técnica
84 era definir a parte estrutural mesmo, mas como o tema realmente é relevante, pode ser
85 revogada esta câmara que já cumpriu sua função e criada outra com um foco mais amplo.
86 Ponderou ainda que é necessário se pensar em criar uma estrutura para a análise de
87 recursos administrativos no CEHIDRO, mesmo que ainda não se tenha demanda, mas o
88 importante era já ter a estrutura criada quando chegar a demanda. A conselheira Daniela
89 Maimoni colocou que poderia ser criada uma câmara técnica com um foco mais amplo,
90 que tratasse de aquicultura, captação e outros usos em reservatório, a qual poderia se
91 chamar câmara técnica de usos múltiplos em reservatórios. O Secretario Executivo
92 colocou que já foi levada a idéia de se criar uma câmara técnica conjunta com o
93 CONSEMA para discutir questões que estejam na interface das políticas de meio
94 ambiente e recursos hídricos, entretanto eles solicitaram que se fizesse um levantamento
95 de temas a serem discutidos nesta câmara antes da criação da mesma. O conselheiro
96 Rodrigo de Araújo colocou aos conselheiros que existe uma câmara técnica sobre
97 aquicultura na SEDER, na qual participa e também o conselheiro José Ferraz e o Sr.
98 Gabriel, da CAAP/SUIMIS como representante da SEMA, destacando que a mesma é
99 muito atuante onde já foi feito um evento sobre o assunto e sua importância para o
100 ordenamento no Estado. O Conselheiro Décio ponderou que quando se criou a Câmara
101 Técnica de Barragens o licenciamento de barramentos era um problema que tinha de ser
102 solucionado, mas que já foi levado ao conselho pertinente, e sugeriu que se extinguisse

103 esta câmara técnica e se colhesse sugestões de se criar uma nova câmara técnica na
104 próxima reunião. A conselheira Alessandra Panizi questionou o conselheiro Rodrigo de
105 Azevedo se existe uma câmara técnica de aquicultura na SEDER, ao que o mesmo
106 respondeu positivamente, a conselheira então ponderando que o CEHIDRO deveria
107 mandar um ofício para esta câmara técnica, uma vez que a mesma trata de um assunto
108 inerente a recursos hídricos, dando ciência da existência do CEHIDRO e pedindo que
109 eles fizessem uma apresentação para os conselheiros do que esta sendo discutido na
110 mesma, podendo este ofício ser estendido a outras secretarias pedindo que temas
111 relacionados a água sejam levados ao Conselho. O Conselheiro José Ferraz ponderou
112 que ocorrera as 14h 30min na SEDER uma reunião desta câmara técnica, destacando
113 que seria importante a participação de um representante do CEHIDRO, sendo
114 complementado pela conselheira Alessandra Panizi que seria interessante que o
115 representante do CEHIDRO fosse o próprio Secretario Executivo do mesmo. O Secretario
116 Executivo colocou aos conselheiros que não se sente confortável de participar da reunião,
117 pois mesmo sendo Secretario Executivo do CEHIDRO ele também integra a SEMA, e
118 como a mesma já possui um representante na câmara técnica, acha importante falar com
119 o mesmo primeiro. O Secretário Adjunto colocou então ao Secretario Executivo que ele
120 estará lá representando o CEHIDRO, e não como representante da SEMA, ao que o
121 Secretario Executivo concordou em participar da mesma. O Secretario Executivo colocou
122 aos conselheiros que a proposta apresentada é a extinção da Câmara Técnica de
123 Barragens e a criação de outra câmara técnica de integração com o CONSEMA, a partir
124 das sugestões de temas que serão enviadas pelos conselheiros, colocando a proposta
125 apresentada em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. A conselheira Daniela
126 Maimoni questionou se a câmara técnica de integração com o CONSEMA seria para
127 discutir todos os assuntos, sendo respondida pelo Secretario Executivo que sim. Colocou
128 em apreciação então a minuta de Resolução nº 31, que trata da extinção da Câmara
129 Técnica de Barragens. A conselheira Alessandra Panizi solicitou que fosse retirado o texto
130 “revoga a Resolução nº 09 de 25 de janeiro de 2007”, ponderando que somente se deve
131 extinguir a câmara técnica, caso se revogue a resolução que a criou se revoga também
132 tudo que foi realizado pela mesma, alteração que foi aprovada pelos conselheiros. Posta
133 em votação, a Resolução nº 31, que extingue a Câmara Técnica de Barragens, foi
134 aprovada com a alteração sugerida. A conselheira Alessandra Panizi questionou ao
135 Secretario Executivo como ficaria a questão dos recursos administrativos, sendo
136 respondida pelo mesmo que este tema será incluído na câmara técnica de integração,

137 sendo ponderado pela conselheira que não deveria ser incluído nesta câmara, mas sim
138 criada uma estrutura no CEHIDRO para analisar estes recursos, como ocorre no
139 CONSEMA, onde existem as juntas administrativas. O Secretario Executivo questionou a
140 conselheira Alessandra Panizi como encontrava-se a discussão em torno do novo Código
141 Ambiental, se existe alguma possibilidade do mesmo ser aprovado ainda este ano, ao que
142 a mesma respondeu que acredita que não seja possível aprovação do mesmo este ano
143 devido ser um ano político, com o que concordou o conselheiro José Ferraz. O Secretario
144 executivo ponderou então que a Superintendência de Recursos Hídricos esta fazendo
145 uma revisão da Lei 6.945/97, sendo que foi estabelecido um prazo limite para a
146 apresentação interna desta lei para o dia 19 de fevereiro onde um dos itens é a recriação
147 do FEHIDRO para atender a demanda dos recursos hídricos quanto ao item financeiro
148 destacando que na revisão do código já esta inclusa a recriação do mesmo Dando
149 continuidade a pauta, o Secretario Executivo apresentou aos conselheiros quem são os
150 integrantes da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, informando aos conselheiros que
151 as entidades que integram a mesma ainda estão no decorrer do seu mandato, não sendo
152 necessário a substituição dos mesmos, apenas se algum deles queira se retirar da
153 mesma, nenhuma entidade se manifesta neste sentido. Destacou ainda que o CREATIO,
154 mesmo não sendo mais membro titular do CEHIDRO manter seu assento nesta câmara
155 devido ao prazo do mandato. O Conselheiro Rodrigo de Azevedo, representante do
156 IMADEA, o conselheiro Wilmar Franzner, representante da FIEMT, e o conselheiro
157 Fernando Shirashi, representante da ABES, manifestaram interesse das suas entidades
158 integrarem esta câmara técnica, o que foi aprovado pelos conselheiros. O Secretario
159 Executivo destacou aos conselheiros que a câmara técnica se pressupõe que sejam um
160 grupo de técnicos da área discutindo o tema que ira apresentar as melhores propostas
161 relativas ao mesmo na plenária do Conselho, sendo complementado pelo conselheiro
162 Antonio Vecchiato que é importante que as pessoas que participem da mesma tenham
163 conhecimento técnico da área. O Secretario Executivo ponderou que é necessário se
164 definir um relator e um presidente para a mesma, ao que o Sr. Nédio Pinheiro ponderou
165 que isso deve ser decidido na reunião da própria câmara técnica, sendo ponderado
166 entretanto que a relatoria da mesma não poderá mais ficar a cargo da Secretaria do
167 CEHIDRO como estava ocorrendo antes. O Secretario Executivo colocou ainda aos
168 conselheiros que é necessário se marcar a data da próxima reunião desta câmara
169 técnica, sendo sugerido pelo Sr. Nédio Pinheiro que a mesma se realizasse no dia 23 de
170 fevereiro, a partir das 14h na sala do CEHIDRO na SEMA, o que foi aprovado pelos

171 demais conselheiros. Apresentou então aos conselheiros as entidades integrantes da
172 Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos,
173 ponderando que não será ainda marcada uma reunião desta câmara, entretanto e preciso
174 verificar os membros pois o mandato do mesmo venceu. Ponderou ainda que seria
175 interessante a participação do IMADEA nesta câmara, uma vez que ele integra tanto o
176 CEHIDRO quanto o CNRH e é importante essa interação do plano, o que foi aceito pelo
177 conselheiro Rodrigo de Azevedo. Questionou se alguma entidade gostaria de se retirar da
178 mesma ou passar a integrá-la, nenhum conselheiro se manifestando, foram mantidos os
179 membros, somente com a adição do IMADEA. Dando continuidade à pauta, o Secretario
180 Executivo colocou que o próximo ponto da pauta seria a apreciação da Resolução n° 32,
181 que trataria da criação da Câmara Técnica de Gestão Participativa, uma solicitação da
182 Gerencia de Fomento e Apoio a Comitês de Bacia Hidrográfica, entretanto como a
183 gerente Sra. Leonice Lotufo não pode estar presente devido a problemas familiares e a
184 mesma defenderia a sua criação, solicitou que a mesma fosse retirada da pauta e
185 colocada na pauta da próxima reunião, o que foi aprovado pelos conselheiros. Em
186 seguida, colocou em apreciação a minuta de Resolução n° 33, ponderando que a mesma
187 passaria a constar com o n° 32, que cria a Câmara Técnica de Pagamento por Serviços
188 Ambientais. Colocou aos conselheiros que o Pagamento por Serviços Ambientais é um
189 pagamento feito para o produtor rural para manter ambientalmente correta a sua
190 propriedade, destacando que esta é uma discussão que está ocorrendo no governo
191 federal, onde está se discutindo inclusive uma política para efetuar este pagamento.
192 Ponderou ainda que o pagamento por serviços ambientais é um programa de governo, o
193 qual não tem receita pronta, mas a intenção da criação desta câmara é justamente que
194 seja feita esta discussão e esta adaptação aos padrões mato-grossenses. A Secretaria do
195 CEHIDRO ponderou aos conselheiros que na minuta apresentada as competências foram
196 retiradas do regimento interno, e as mesmas se apresentam bem gerais para que a
197 câmara possa ter mais liberdade de ação, justamente por ser um tema novo. O Secretario
198 Executivo colocou em votação a minuta de Resolução n° 32, que cria a Câmara Técnica
199 de Pagamento por Serviços Ambientais, a qual foi aprovada por unanimidade pelos
200 conselheiros. Em seguida questionou quais instituições gostariam de integrar a mesma,
201 ao que se prontificaram a SEMA, IPAC, RAEONGs, ABAS, UFMT, IMADEA e FIENT,
202 composição que foi aprovada pelos demais conselheiros presentes. Dando continuidade à
203 pauta o Secretario Executivo colocou aos conselheiros que o Sr. Elói Brandão iria fazer
204 uma apresentação sobre conjuntos de moto bomba para captação de água e turbinas e

205 passou a palavra ao mesmo. O Sr Eloi Brandão iniciou sua apresentação colocando aos
206 conselheiros que já integrou o conselho e trouxe para o mesmo um problema que precisa
207 ser solucionado, que é a não existência de uma normatização de conjuntos de moto
208 bombas para captação de água e de pequenas turbinas para geração de energia, sendo
209 necessário que se discipline o seu uso no estado. Colocou aos conselheiros as diferenças
210 entre o conjunto de moto bomba para a captação de água e de pequenas turbinas,
211 ponderando que todas as fazendas tem conjuntos de moto bombas pois e necessária a
212 captação de água para se fazer a pulverização de defensivos agrícolas nas plantações,
213 mas a forma como o mesmo é utilizada não esta normatizada. Apresentou fotos
214 mostrando situações onde os equipamentos se encontram instalados de forma precária e
215 algumas já com adaptações de forma a evitar a contaminação ambiental. A conselheira
216 Alessandra Panizi colocou que quando se procura a SEMA para licenciar este tipo de
217 situação a mesma informa que não e passível de licenciamento. O conselheiro Rodrigo de
218 Araujo ponderou que a SEMA não tem condições de fiscalizar se a normatização estaria
219 sendo cumprida, caso ela existisse, sendo ponderado pelo Sr. Eloi Brandão que mesmo
220 que a SEMA não tenha o proprietário ou o responsável pela implementação pode cuidar
221 para que ela fique correta, o importante e que se tenha um documento orientando como
222 deve ser feita a instalação destes equipamentos de forma correta. O conselheiro Décio
223 Siebert colocou que deve ser revista esta idéia de que a SEMA tem que fiscalizar, sendo
224 necessário retirar um pouco este peso da mesma, pois todos os empreendimentos
225 possuem uma Anotação de Responsabilidade Técnica - ART onde um responsável
226 técnico responde pelo licenciamento, no momento em que você responsabiliza o mesmo
227 por algo incorreto se reduz a necessidade de fiscalização da SEMA, sendo ponderado
228 pelo Secretario Executivo que como neste caso não se licencia não se tem a ART. O
229 conselheiro Décio ponderou que muitas vezes não e necessário se licenciar o
230 empreendimento, entretanto mesmo assim deve se regularizar o uso, especialmente
231 porque muitas vezes ao usar o equipamento ocorre uma contaminação ambiental. O
232 Secretario Adjunto ponderou que o problema principal e a contaminação, os detritos
233 gerados no local de captação quando se utiliza os defensivos agrícolas, sendo informado
234 pelo Sr. Eloi Brandão que neste caso já se tem um salto de qualidade neste quesito, uma
235 vez que nos locais apresentados é apenas captada a água, a qual é transportada por
236 caminhão tanque para outro local onde se manipulam os defensivos agrícolas. A
237 conselheira Alessandra Panizi ponderou que isto já foi discutido, não sendo pertinente se
238 discutir a estrutura física por ser uma questão de licenciamento o que não e competência

239 do CEHIDRO, destacando que a competência do mesmo seria colocar restrições para
240 que seja feita esta captação. O conselheiro Décio Siebert colocou que na SEMA é feito o
241 licenciamento de barracões de máquinas agrícolas com o argumento de que pode se
242 ocorrer o vazamento de óleo ou algum outro contaminante no solo e eventualmente
243 ocorrer a contaminação do lençol freático, situação que é similar a esta apresentada dos
244 conjuntos moto bomba devido a possibilidade de contaminação ambiental. O Secretario
245 Adjunto ponderou que não é necessário que seja feito o licenciamento da mesma, mas
246 sim sua normatização, destacando que mesmo que não possua uma licença o proprietário
247 poderá ser punido por não cumprir a normatização existente. O conselheiro Mauro Ribeiro
248 questionou como é feito o licenciamento em área de preservação permanente, sendo
249 respondido pela conselheira Alessandra Panizi que existe uma normatização que permite
250 para a captação de água, complementando que concorda com o Secretario Adjunto de
251 que o caso é de ser feita uma normatização. A conselheira Daniela Maimoni colocou que
252 quando se fizer a LAU da propriedade poderia ser dada ciência a SEMA da existência
253 desta captação, ao que o Secretario Executivo ponderou que a LAU era para ser uma
254 licença única realmente, onde fosse feito o licenciamento de tudo existente na
255 propriedade, mas na verdade hoje são feitas várias licenças, sendo uma delas a LAU
256 onde se atesta apenas a conformidade das áreas de preservação permanente e da
257 reserva legal, e neste caso esta seria mais uma dessas licenças. A conselheira
258 Alessandra Panizi ponderou que não é necessária a emissão de uma licença para o
259 empreendedor ser obrigado a cumprir a norma. O conselheiro José Ferraz questionou
260 porque não se municipaliza esta questão, sendo complementado pelo Sr. Eloi Brandão
261 que realmente essa seria uma boa solução, dando o exemplo do caso do município de
262 Sorriso que consegue ser mais eficiente que a SEMA por se encontrar mais presente. O
263 conselheiro Fernando Shirashi colocou que a captação de água é super regulamentada,
264 porém na cidade temos os prédios verticais todos contando com um sistema de bomba,
265 gerador, entre outras coisas, e realmente em situações precárias, ponderando que na sua
266 opinião deve-se mesmo cadastrar e não licenciar. O Secretario Executivo colocou aos
267 conselheiros que os Superintendentes da SEMA foram informados de que Sorriso não faz
268 mais licenciamento por não ter assinado novamente o termo de cooperação, sendo que
269 somente os municípios de Primavera do Leste, Campo Verde, Lucas do Rio Verde e
270 Cuiabá estão licenciando atualmente, e questionou o que ocorre quando se tem uma
271 mudança de governo, caso o prefeito que assumiu não queira continuar. A conselheira
272 Alessandra Panizi respondeu que se tem toda uma estrutura para que se possa fazer uma

273 descentralização, a qual deve continuar funcionando mesmo que ocorra mudança de
274 governo. O Secretário Executivo questionou então porque foi informado que a cidade de
275 Sorriso não faz mais licenciamento, ao que a conselheira Alessandra Panizi respondeu
276 que o município não deve ter cumprido alguma das condicionantes do termo de
277 cooperação, destacando que este termo possui prazo indeterminado. O conselheiro Décio
278 Siebert ponderou que a questão dos conjuntos de moto bomba devem continuar na
279 SEMA, uma vez que possuímos atualmente em Mato Grosso cento e quarenta e um
280 municípios e comente cinco tem atualmente capacidade de assumir o licenciamento. O
281 Sr. Eloi Brandão apresentou então aos conselheiros como é o modelo do depósito de
282 embalagens de agrotóxico aprovado pelo CONSEMA, o qual encontra-se normatizado, e
283 ponderando que poderia se colocar algo parecido para moto bombas e turbinas. O
284 Secretário Executivo questionou ao Secretário Adjunto se esta se exigindo licenciamento
285 do depósito de embalagens de agrotóxico, sendo respondido pelo Secretário Adjunto que
286 não, só se tem uma normatização a respeito do tema e complementado pelo Sr. Eloi
287 Brandão que se exige o mesmo no processo de Licença de Operação. O Secretário
288 Executivo questionou então se é necessário que seja feita a construção deste depósito,
289 sendo respondido pela conselheira Telma Monteiro que você utiliza o agrotóxico, depois
290 faz a tríple lavagem e encaminha o mesmo aos depósitos de reciclagem, que ficam nas
291 cidades, sendo complementado pelo conselheiro Rodrigo de Azevedo que você tem que
292 ter um local para armazenar as embalagens até levá-las ao depósito de reciclagem, pois
293 não irá encaminhar todo dia as embalagens que utilizou. O Secretário Executivo
294 questionou aos conselheiros o que será feito sobre esta questão levantada pelo Sr. Eloi
295 Brandão, sendo colocado pela Secretária do CEHIDRO que a idéia inicial da Secretaria
296 Executiva é a criação de um grupo de trabalho para discutir o tema, ponderando que o
297 mais indicado seria o grupo de trabalho por ter um prazo definido e objetivo específico,
298 sendo mais direcionado que uma câmara técnica para este problema pontual. O
299 conselheiro Rodrigo de Azevedo colocou que este tema deveria ser discutido na Câmara
300 Técnica de Integração entre o CONSEMA e o CEHIDRO, sendo ponderado pela
301 Secretária do CEHIDRO que a criação desta câmara técnica levaria um certo tempo, pois
302 deveria ser aprovada no CEHIDRO, depois levada ao CONSEMA, depois na primeira
303 reunião da mesma que se instituiria este grupo de trabalho que somente então começaria
304 a atuar, sendo que o problema demanda uma solução mais rápida. A conselheira
305 Alessandra Panizi ponderou que não devemos especificar as normas em si, uma vez que
306 isso é trabalho da Superintendência de Indústria, Mineração e Serviços da SEMA, mas

podemos fazer este grupo de trabalho para fazer um levantamento de tudo que precisamos que a SUIMIS normatize, ao que o Secretario Executivo colocou que será feito pela Secretaria Executiva um a consulta na SUIMIS sobre essas normatizações. A conselheira Alessandra Panizi colocou aos conselheiros que não acha que a questão não seja relevante, entretanto na discussão do CEHIDRO devemos procurar o melhor caminho para atingir os objetivos necessários. O Secretario Executivo abriu então a palavra aos conselheiros para os assuntos gerais. O conselheiro Mauro Donizeti colocou que na cidade de Cáceres existe o problema da reforma das lanchas, a qual tem sido realizada dentro da calha do rio, sem nenhum cuidado, e questionou aos conselheiros como proceder neste caso. A conselheira Alessandra Panizi colocou que deve ser feito um licenciamento deste procedimento, daí a SEMA exigiria retirada da lancha para sua reforma, sendo colocado pelo conselheiro Mauro Donizeti que os proprietários das lanchas contratam trabalhadores para executar o serviço, não tendo nenhuma empresa responsável por isso e não se licenciando. A conselheira Alessandra Panizi ponderou então que pode ser pedido um posicionamento da regional da SEMA de Cáceres sobre o assunto para se deliberar na próxima reunião, ao que o Secretario Adjunto ponderou que neste caso cabe fiscalização diretamente e colocou que a SEMA será encaminhada ao local para tomar as providencias cabíveis. O conselheiro Décio Siebert colocou aos conselheiros que foi procurado pelo presidente de uma associação de moradores de Tangará da Serra, o qual lhe colocou que existe um córrego que passa no interior da cidade que encontra-se assoreado e que quando chove o mesmo transborda e causa uma serie de inconveniente para a população local, pedindo-lhe ajuda para solucionar este problema. Ponderou ainda que informou ao presidente da associação que este tipo de ação não compete ao CEHIDRO, entretanto que levaria ao mesmo para verificar se existe alguma linha de credito para financiar projetos nesta área. O Secretario Adjunto ponderou que esta é uma atribuição da Prefeitura. O conselheiro Rodrigo de Azevedo colocou que o IMADEA realiza este tipo de trabalho e que poderia verificar a possibilidade de realizar o mesmo. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo encerrou a reunião às 11h 39min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

LUIS HENRIQUE CHAVES DALDEGAN

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI

Presidente do CEHIDRO

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 03/02/2010.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*